

1

# DESENVOLVIMENTO

A COMPREENSÃO DA COMPLEXIDADE





Todas as características transmitidas ao homem pelos seus antepassados, pela cultura, pelas contingências do local e do tempo em que nasceu, existem independentemente das suas escolhas. Trata-se de uma facticidade com que ele é forçado a confrontar-se e que origina a base incontornável de todas as suas ações e conseqüentemente da estruturação social. Esta dinâmica geradora de múltiplas e distintas realidades evidencia o caráter problematizador do homem, possibilitando a procura de compromissos de transformação do mundo<sup>5</sup> na esfera do conhecimento, da economia, da cooperação e do desenvolvimento, onde as contradições surpreendem as pessoas com escolhas difíceis, com a necessidade constante de reformas sociais e, principalmente, de reformadas relações humanas. Apresentamos a curiosidade e a complexidade da compreensão do outro e do desenvolvimento social como projeto comum, através das referências ao Álbum Fotográfico da Viagem da Rainha D. Amélia ao Egito e à “Campanha Internacional para a Salvaguarda dos Monumentos da Núbia”.

## DO ÁLBUM DE D. AMÉLIA À BARRAGEM DE ASSUÃO

A encruzilhada da memória é como uma rede que, com o passar dos tempos, amplia e expande os seus nós. E nesta malha a história revela o homem como uma fonte de realização e de transformação, senhor de um singular potencial criador, confrontado continuamente com necessidades concretas e

novas. O processo de transmissão e salvaguarda de toda a sua obra requer uma consciência e um princípio de responsabilidade baseados no equilíbrio de antagonismos, inerentes à ambivalência do desenvolvimento e à presença constante do movimento.

### **Interesse pelo Egipto**

Diga-se que no século XIX se vivia em Portugal um período de grande adesão ao Orientalismo e interesse pelo Egipto. Na sequência das invasões napoleónicas, o Egipto tornara-se crucial ao desenvolvimento da arqueologia, através de uma dinâmica que reuniu alguns países europeus.

Foram as viagens, o seu testemunho escrito e fotográfico, que estabeleceram o contacto do Ocidente com os vestígios arqueológicos egípcios. O vanguardismo a nível fotográfico e os interesses da França e da Inglaterra na região, levaram os fotógrafos franceses e ingleses a divulgarem as primeiras imagens do Egipto, alimentando, desta forma, uma atração dos europeus pelo Oriente.

### **Álbum fotográfico da viagem da Rainha D. Amélia ao Egipto – 1903**

Esta tecnologia da cultura surgida no século XIX permitiu encontrar no Álbum Fotográfico da viagem da Rainha D. Amélia ao Egipto, sinais de um olhar e também de um fascínio pelo Oriente, matizados pela perspectiva do domínio colonial europeu naquela região. O elemento água e as ruínas foram temas muito explorados fotograficamente. Entre muitas imagens, o álbum apresenta algumas em plena zona de Assuão, centradas no complexo de templos que as inundações mantinham parcialmente submersos. Termina com um núcleo de fotografias do Canal do Suez que fora inaugurado em 1869, trinta e quatro anos antes, com a presença de várias cabeças coroadas, como a Imperatriz Eugénia de França e o Imperador Francisco José da Áustria.

A rainha D. Amélia e os seus filhos, o Príncipe D. Luís e o Infante D. Manuel, viajaram em 1903 durante dois meses, ao longo do Mediterrâneo com destino ao Cairo. Ao interesse cultural e turístico da viagem associaram-se, igualmente, es-

estratégias coloniais de cariz político, diplomático e económico. O Egípto e as suas ruínas tiveram grande impacto em toda a comitiva, em particular junto dos príncipes, com 14 e 16 anos. A maioria das 236 fotografias, montadas e distribuídas em 36 páginas, e legendadas à mão pela própria rainha, foram tiradas por eles e pelo pintor Casanova.

O itinerário ilustrado pelas fotografias reflete o desenvolvimento das escavações arqueológicas, a forma como aquela civilização era entendida no Ocidente e todo um percurso singular, indissociável da questão da alteridade e da identidade. O álbum, organizado de forma cronológica e geográfica, termina com a documentação fotográfica do Canal do Suez, o maior canal sem comportas entre o Mediterrâneo e o Mar Vermelho.

Curiosamente, já anos antes, em 1869, Eça de Queiroz, um jovem de vinte e três anos, tinha realizado uma viagem idêntica até ao Cairo, para assistir à inauguração do Canal do Suez. Tudo o que viu e sentiu foi apontando nos seus cadernos de viagem, originando uma série de reportagens publicadas em janeiro de 1870, e o livro “O Egípto – notas de viagem”, cuja primeira edição completa póstuma é datada de 1926. As suas considerações sobre a sociedade e as civilizações antigas representam ainda hoje uma das narrativas mais curiosas, críticas e lúcidas sobre o conflito entre a herança cultural e as tensões políticas, económicas e coloniais com que se deparava o moderno Egípto.

**Inauguração do  
Canal do Suez  
– 1869**

Sublinhe-se que o final da presença europeia em África teve muito a ver com o Nilo e com a problemática do Canal do Suez, onde a derrota britânica e francesa, em 1956, constituiu um momento simbólico de afirmação do Egípto. Nasser, um homem com uma visão nacionalista pró pan-arabista, lutou por um Egípto independente, industrializado, como modelo para o mundo árabe. A concretização deste projeto, incluiu a construção da barragem de Assuão e a rentabilização e domínio do canal do Suez.

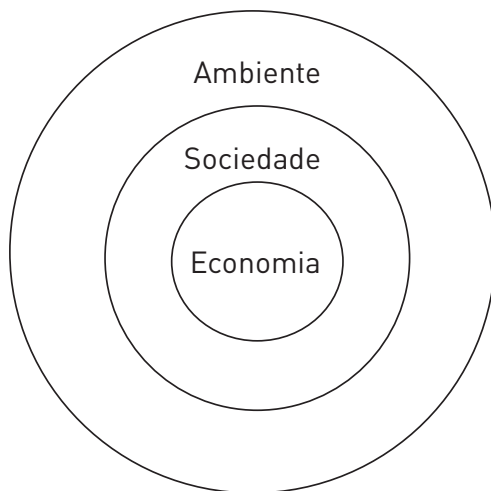


Fig. 2 – Domínios do projeto de Nasser.

### **Construção da barragem de Assuão (1954-1971)**

Nasser propôs a construção da barragem de Assuão como a maior obra de infraestrutura egípcia, capaz de regularizar a agricultura, aumentar a quantidade de terras cultiváveis e a produção hidroelétrica, permitindo uma ampla industrialização e modernização da economia egípcia. Em 1954, cerca de 50 anos depois da visita de D. Amélia ao Egito, foi tomada a decisão da construção da barragem, cuja obra terminou em 1971. Esta realização simbolizou um Egito independente, facto que ilustrava a estreita relação entre os recursos hídricos e o poder na região do rio Nilo.

Mas, para a construção da barragem de Assuão, foi preciso salvar os monumentos e os templos da antiga Núbia, que iriam ser submersos pelas águas, após a grande obra do empreendimento. Alguns templos alagados, foram fotografados na ocasião da visita da família real portuguesa a Assuão.

### **Campanha de salvamentos dos monumentos da Núbia (1960-1980)**

Com três mil anos, estes testemunhos civilizacionais deviam dar lugar ao progresso. Nesse sentido, os governos egípcio e sudanês, em 1959, dirigiram um apelo à UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura),

originando uma campanha sem precedentes à escala mundial (1960 – 1980). A comunidade internacional respondeu ao desafio: governos, instituições, fundações públicas e privadas, e muitas pessoas de boa vontade. Especialistas e fundos foram mobilizados para uma ação de resgate sem precedentes: desmontar e remontar seis grupos de monumentos, em novas localizações.

Os vinte anos da duração do projeto e o grande desafio tecnológico envolvido, foram inéditos na história da UNESCO. Num total, 22 monumentos e complexos arqueológicos foram deslocados com a ajuda de 40 missões técnicas originárias de cinco continentes. Entre as obras ameaçadas, uma das mais notáveis era o conjunto de Abu Simbel, mandado talhar numa falésia por Ramsés II.

Em troca da colaboração prestada, o governo egípcio doou quatro templos, como expressão da sua gratidão para com os países que mais contribuíram para o sucesso da campanha: Debod para Espanha (Madrid), Taffa para a Holanda (Leiden), Dendur para os Estados Unidos da América (Nova York) e Ellesya para Itália (Turim).

Através de um amplo programa de colaboração internacional estudaram-se soluções e os trabalhos projetados orientaram-se em diferentes sentidos: prospeções, escavações, transferência total ou parcial de monumentos gigantescos, execução de cópias, levantamentos e fotografias, obras de contenção e construção de estradas. Todo o empreendimento exigiu avultados recursos financeiros e humanos, nomeadamente um grande número de técnicos de distintos sectores e especialidades – egiptólogos, arqueólogos, epigrafistas, arquitetos, engenheiros, fotógrafos, restauradores e topógrafos, entre outros. As dificuldades logísticas, técnicas e de mão-de-obra foram criativamente superadas numa das maiores obras de recuperação de todos os tempos.

Sob a liderança da UNESCO o mundo uniu-se para salvar este património da humanidade, um caso de solidariedade entre

países conscientes da natureza universal do património e da necessidade de o preservar. O sucesso desta campanha serviu de ponto de partida para a elaboração e adoção da Convenção da UNESCO de 1972 sobre o património mundial e a inscrição de bens na Lista do Património Mundial da UNESCO, na qual os monumentos da Núbia de Abou Simbel a Philae foram incluídos em 1979.

### **Avaliação do impacto da construção da barragem de Assuão**

Passadas décadas da construção da barragem de Assuão (e da visita de D. Amélia ao Egipto), a avaliação do impacto do empreendimento levou o poder e os técnicos a repensar os fundamentos da tomada de decisão, quer a nível da informação recolhida, quer a nível dos critérios adotados. Constatou-se que não foi avaliada a globalidade dos impactos e as respetivas consequências, pois muitos poderiam ter sido minimizados. Todos os estudos de viabilidade económica e as análises de custo-benefício realizadas não evitaram os problemas ambientais, sociais e culturais, e até económicos, surgidos após as intervenções, num médio e longo prazo. A barragem impediu o depósito anual do húmus fertilizante, comprometendo as colheitas dos camponeses, provocando uma migração massiva e uma sobrelotação das cidades.

Todo este processo evidencia o facto de a compreensão da complexidade ser um exercício difícil e exigente. A decisão de Nasser construir a barragem de Assuão, do ponto de vista técnico, preencheu uma necessidade de obtenção de energia elétrica para as populações e também uma necessidade de regularização do rio Nilo e controlo das cheias periódicas. Ao problematizar-se a experiência e todo o processo de transformação sequente, reconheceu-se que o projeto não teve presente várias componentes e dinâmicas do meio ambiente, e não conciliou, na sua totalidade, as exigências e os objetivos das diversas especialidades numa abordagem integrada e global. Pecou na articulação de problemáticas, convergências e tecnologias, devido à excessiva lógica interna de cada disciplina no âmbito da especialização. Mas, inevitavelmente, toda a obra humana testemunha um caminho traçado, uma atitude



projetiva e processos de trabalho, reflexo de modos de agir assentes em critérios fruto de escolhas e alternativas adotadas, num dado momento, face a uma necessidade ou situação. Testemunha também a interdependência e a multidisciplinaridade do caminho do desenvolvimento, como resposta a diversos desafios e contextos, incluindo domínios como o ambiente, a segurança e as migrações.

## IDEIA DE DESENVOLVIMENTO

A construção do Canal do Suez e a construção da Barragem de Assuão, testemunham a natureza empreendedora e criativa do homem, contextualizada culturalmente e motivada por necessidades. O ato de criar surge como um agir conjugado a nível social, económico, político e cultural, em que a prática de criação orientada para o futuro reúne a dimensão do pensamento e a dimensão do fazer, ou seja, projetar, planejar e realizar. A conceção e execução do projeto parte de necessidades específicas que requerem um pensamento, que se traduz inicialmente numa intenção, numa concetualização, numa ideia a ser desenvolvida. Ambos os empreendimentos testemunham igualmente que o passado se revela à atualidade, exigindo exercícios do conhecimento, do reconhecimento e também da estranheza, centrais ao desenrolar da cultura, onde transformações aceleradas e frenéticas revoluções tecnológicas geram processos e desafios que questionam e interferem com o domínio das agendas do ambicionado desenvolvimento. Uma realidade que afeta as ideias de Humanidade e de Património da Humanidade e que levanta questões à ideia da totalidade que se designa como Mundo<sup>6</sup>.

**Projetar; planejar  
e realizar**

O complexo processo da constituição da cultura, em que se vive, regista e comunica a experiência, conjuga-se como complexo processo do desenvolvimento, onde todas as coisas estão ligadas; e, em ambos os processos, a problematização

de conceitos como contexto, partilha e património, permite encontrar a potência de conexão que lhes está subjacente.

### **Nós e os outros**

A busca do desenvolvimento a nível planetário desliza entre o real e o ideal, entre um “nós” e os “outros” através de processos e projetos criados para dar resposta às expectativas da humanidade. Subsiste o fenómeno social representativo de uma re-evolução utópica onde o efeito se revela ambíguo, conjugando o progresso liberal e a defesa do mundo tal como ele é.

### **Desenvolvimento**

Tende a generalizar-se a consciência de que qualquer transformação das condições de vida de uma comunidade depende do reconhecimento, aceitação e valorização dos traços que lhe conferem identidade, sentido de pertença e autoestima<sup>7</sup>. Nesta disposição, o conceito de desenvolvimento traduz uma componente temporal e uma componente participativa na configuração de modelos de regulação, gestão e operação a nível regional e supranacional, cuja finalidade é garantir aos habitantes de todas as regiões e países, sem distinção de sexo, origem étnica, religião ou raça, a conquista de maiores direitos cívicos, políticos e económicos.

O desenvolvimento, *lato sensu*, está intimamente relacionado com as características particulares dos países ou regiões – a situação geográfica, a extensão territorial, a história, a cultura, os recursos naturais, a localização dos recursos energéticos, a tecnologia, a economia e a demografia. Estas características assumem um caráter estruturante e decisivo para as sociedades e para os decisores, e influenciam de uma forma efetiva a política nacional e internacional dos países.

### **Um debate contínuo**

As novas tendências do pensamento sobre o desenvolvimento não reconhecem soluções universais. Por não existirem receitas de desenvolvimento padronizadas, os efeitos das reformas políticas diferem quer nas próprias circunstâncias, quer na necessidade de estratégias locais apropriadas<sup>8</sup>. Isto porque a complexidade e singularidade de cada caso combina, na sua análise, a subjetividade dos atores sociais e políticos com re-

curso a métodos qualitativos, e enfatiza os métodos quantitativos na procura de generalizações e explicações causais<sup>9</sup>. Esta expressão multidimensional do desenvolvimento e os respetivos critérios de medida motivam um debate contínuo.

Um processo de desenvolvimento observa, ao longo do tempo, a existência de crescimento do bem-estar (no aspeto humano e económico) caracterizável através de indicadores – a diminuição dos níveis de pobreza, o desemprego, a desigualdade e melhoramento das condições de saúde, a nutrição, a habitação, etc. Os indicadores constituem uma seleção de parâmetros organizados de forma matricial, considerados isoladamente ou combinados entre si (quantitativa ou qualitativamente) que caracteriza e reflete, ao longo do tempo, o estado ou condição do desenvolvimento, atendendo à componente territorial, social, ambiental e económica.

Numa determinada perspetiva, as características universais de desenvolvimento económico derivam de uma forma natural do crescimento do Produto Interno Bruto *per capita*, PIB *per capita*, estando implícita a convicção do poder das forças económicas agregadas como influência positiva nos outros aspetos socioeconómicos relacionados com o desenvolvimento. Esta perspetiva difere da ideia de que a correlação entre o PIB e outros aspetos desejados do desenvolvimento não é automática e que, nalguns casos, pode não haver nenhuma relação. Nesta ótica, o Rendimento Nacional Bruto *per capita*, RNB *per capita*, não é o indicador geral mais apropriado, deve ser complementado com outros indicadores. Registe-se que estas duas visões não se referem ao significado do desenvolvimento (sobre o qual pode existir unanimidade) mas sim à definição e escolha do conjunto de variáveis que estão correlacionadas com o processo de desenvolvimento multidimensional.

Não sendo realista avaliar o nível do desenvolvimento centrado no recurso ao PIB *per capita*, o desenvolvimento humano adquire um relevo particular, transversal às épocas, às ideologias, às culturas, às classes e ao contexto, onde o bem-estar (para que possam prosperar), a capacitação e os requisitos

## Indicadores

## Desenvolvimento económico

## Desenvolvimento humano

(habilitação das pessoas e dos grupos para que ajam) e a justiça (expansão da equidade, sustentação dos resultados ao longo do tempo e respeito pelos direitos humanos e por outros objetivos da sociedade) são componentes essenciais.

### **Sustentabilidade**

A questão da sustentabilidade a nível do desenvolvimento sugere a qualidade em vez de quantidade, reduzindo o uso de matérias-primas e produtos e aumentando a reutilização e a reciclagem. Neste quadro, tenciona suprir as necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras –não esgotando os recursos para o futuro. Esta definição procura harmonizar o desenvolvimento económico e a conservação ambiental. Deriva do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos. Este modelo de desenvolvimento global incorpora a sustentabilidade ambiental, económica e sociopolítica.

### **PNUD e DRH**

Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH). Estes documentos têm sido pioneiros na transmissão de ideias, sendo reconhecidos pelas Nações Unidas como um exercício intelectual independente e uma importante ferramenta para aumentar a consciencialização sobre o desenvolvimento humano em todo o mundo. A mensagem essencial que tem sido transmitida nestes relatórios é a de que o crescimento económico não se traduz, por si só e automaticamente, sem progressos no desenvolvimento humano.<sup>10</sup>

### **IDH**

Assim, com o objetivo de afastar os estudiosos e os políticos de uma visão economicista do desenvolvimento, centrada no PIB e no RNB, as Nações Unidas propuseram o Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, que transmite uma visão mais ampla e envolvente. Embora reconhecendo uma efetiva relação entre o IDH e o PIB *per capita*, este índice combina indicadores de saúde e de educação da população com um indicador de crescimento económico.

### **Domínios da dinâmica de desenvolvimento**

A natureza cada vez mais complexa e transfronteiriça dos desafios implica um agir coordenado e operativo para melhorar

a equidade, incluindo a dimensão do gênero, proporcionar uma maior representação e participação dos cidadãos, incluindo a dos jovens, enfrentar as pressões ambientais, gerir as alterações demográficas<sup>11</sup> e migratórias, gerir os conflitos internacionais e o destino dos refugiados e deslocados, entre outros domínios específicos para a manutenção de uma dinâmica de desenvolvimento.

A crescente interligação entre países através do comércio, da migração e das tecnologias da informação e comunicação, leva a que as decisões políticas de uma região, tenham impactos substanciais nas demais. Assim, as crises dos últimos anos – alimentar, financeira, climática e de segurança, que devastaram a vida de tantas populações, são reveladoras desse fenómeno e transmitem claramente a importância dos esforços destinados a reduzir a vulnerabilidade dos indivíduos aos choques e catástrofes<sup>12</sup>.

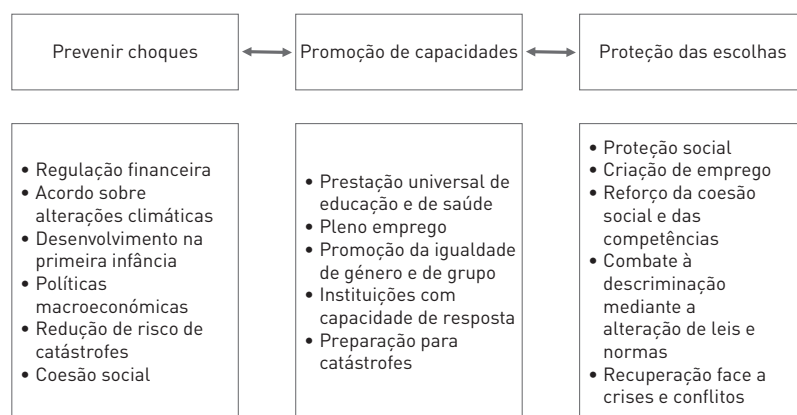


Fig. 3 – Políticas para a redução da vulnerabilidade e o reforço da resiliência. *Adaptado do RDH, 2014.*

A compatibilidade entre o caráter cada vez mais individual e competitivo das sociedades, e a gestão necessariamente coletiva de uma tecno-natureza complexa e frágil, desenha-se enigmática e descaradamente improvável.

## VINCULAÇÃO DA ECONOMIA À CULTURA

Tornou-se um hábito recorrente assistir ao debate e a controvérsias sobre os limites e as falhas do desenvolvimento, bem como a discussões sobre o poder e os modelos da economia. Exploram o mau funcionamento dos mercados e o fracasso das instituições vocacionadas para a governação e para a cooperação. Ambos os fenómenos alicerçados em valores ocidentais, falharam na promoção de um desenvolvimento justo a nível mundial.

### **Mercado e instituições**

Apesar da diversidade conceptualista da economia, por um lado refere-se a economia que diz que *o mercado conta* como aquela que pressupõe a concorrência e entende que a escassez é a base da competição e, por outro, a economia que diz que *as instituições contam*, como um campo aberto, assente em vários territórios, dos quais evidencia as instituições, governação e mudança institucional<sup>13</sup>.

A segunda tem uma capacidade de previsibilidade maior e tem maior envolvimento com fenómenos emergentes e novas realidades. Ao valorizar uma matriz institucional associada a um conjunto de valores e preocupações sociais, manifesta uma inequívoca proximidade com a consolidação de dinâmicas de desenvolvimento humano e, por conseguinte, com a complementaridade dos campos sociais da cultura. O papel da cultura e a importância dos recursos cognitivos associam-se aqui ao cálculo e à seleção de estratégias exequíveis e eficazes, onde a estratégia tem primazia sobre a tática.

No mundo de hoje verificamos que é a complexa matriz de formas institucionais que pode definir e diferenciar uma economia. São as instituições que integram uma economia que revelam a sua inseparabilidade dos indivíduos, dos valores e dos atores coletivos.

### **Teoria económica das instituições**

A economia que alicerça uma teoria económica das instituições pretende mostrar que os comportamentos dos indivíduos

e dos atores, bem como as dinâmicas dos espaços econômicos, não são apenas o resultado de uma lógica de cálculo e de racionalidade, nem de uma forma exclusiva de governação (a do mercado). Estão também vinculados a culturas, sistemas de valores, hábitos, rotinas, regras e instituições.

Assim, o desempenho competitivo de um país ou região, o modo como se estrutura e se posiciona num contexto mais vasto, ultrapassa a sua dimensão ou os resultados dos recursos ou da tecnologia de que dispõe. Relaciona-se igualmente com os valores, as lógicas sociais e políticas, as culturas cívicas e organizacionais, as instituições que lhe dão especificidade e sentido coletivo. Com efeito, o mundo, a economia e a sociedade são contextos de incerteza e diversidade onde os atores têm possibilidade de controlar os processos que os envolvem – com consciência e intencionalidade, através das suas escolhas, deliberações, consensos e conflitos. Consolidam assim as soluções escolhidas, dando forma a uma determinada configuração institucional que, de forma não estática, sujeita a uma evolução constante, reproduz e molda ao longo de gerações através da sua cultura<sup>14</sup>.

Embora no âmbito de discursos controversos, a centralidade das instituições tem sido crescentemente sublinhada, salientando os direitos de propriedade e o Estado de Direito, bem como os efeitos mais instrumentais da participação e da responsabilização. Simultaneamente surgiu o reconhecimento de que o contexto afeta a determinação das formas e funções institucionais que são apropriadas, pondo em causa a imitação ou o transplante das melhores práticas para contextos diferentes.<sup>15</sup>

A totalidade do tecido institucional suporta a ideia de governação. Ora uma governação sustentável gere os recursos num equilíbrio entre presente e futuro, e balança os encargos da gestão corrente com o investimento em bens públicos de mérito, que melhoram a equidade e o potencial dos cidadãos na criação de riqueza. Neste registo, a coesão territorial abrange

**Configuração  
institucional**

**Contextos  
diferentes,  
práticas  
diferentes**

leituras de caráter social e económico. Um país coeso é um país com regiões com acesso a condições e a recursos produtivos equiparados às suas necessidades e expectativas. Os resultados, medidos em termos sociais e económicos, são também equiparados. Observa-se que os processos de transformação das condições e dos recursos nos resultados, são necessariamente diferentes e explicam trajetórias de crescimento próprias<sup>16</sup>.

### **Microeconomia**

O exercício da Economia, tanto trata das atividades dos agentes individuais, como trata dos agregados dessas atividades e desses agentes. Ao relacionar-se com o funcionamento dos níveis mais elementares, nomeadamente do comportamento dos consumidores e das empresas e como estes decidem da afetação dos seus limitados recursos, o seu estudo cabe à microeconomia. Estuda assim, o comportamento destes agentes elementares, das suas escolhas, de como essas escolhas dão origem à procura e oferta de bens e serviços, de como o cruzamento destas se reflete na formação dos preços e de como estes, por sua vez influenciam aquelas escolhas.<sup>17</sup>

### **Macroeconomia**

O funcionamento da economia num nível mais abrangente, nomeadamente o relativo aos grandes agregados com relevância político-administrativa (o de uma região, de um Estado, de uma comunidade de Estados, ou do mundo inteiro) integra a macroeconomia. Neste nível, encontram-se as variáveis agregadas, comumente mais referidas, como o emprego, o PIB, a inflação, a balança de pagamentos, ou mesmo o crescimento económico<sup>18</sup>.

Tal como toda a ciência, seja ela qual for, a ciência económica é fundamentalmente humana, construída com pressupostos contingentes e localizados<sup>19</sup>. Deste modo, a ciência económica aplica-se desde um ponto de vista macroeconómico para debater os desafios que enfrentam mudanças estruturais globais e o combate à grande recessão, até aos fenómenos eminentemente microeconómicos<sup>20</sup>.



O tipo de economia que a política hoje dirige, tem revelado uma ausência de resposta para muitas questões e uma ignorância emergente. Nesta sobreposição de interesses e ausência de soluções, a Terra assemelha-se a uma nave sem piloto, propulsionada por quatro motores ambivalentes: a ciência, a técnica, a economia e o benefício<sup>21</sup>, sendo cada vez mais visíveis situações críticas que carecem de resolução, problemas fundamentais como a fome, a miséria, a doença, as migrações, a degradação ecológica, a difusão de armas de destruição massiva, o poderio militar, a explosão de conflitos étnico-político-religiosos, a falência dos estados, da economia e da educação.<sup>22</sup>

**Situações  
críticas**

A procura de respostas a estas questões, aos maiores problemas sociais, económicos e ambientais, exige um questionamento do paradigma económico dominante. Aparentemente, a prevalência da natureza reformista da economia é acarinhada pela maioria dos decisores políticos, mas também, cada vez mais se multiplicam, no âmbito político, os argumentos a favor da necessidade de uma grande transformação.<sup>23</sup>

Não são alheias a quadros deste tipo, as significativas mudanças cíclicas na estrutura da economia que provocam grandes alterações na sociedade. Uma dessas mudanças foi, por exemplo, o papel das finanças sobre a atividade económica. Mas ocorreram várias ao longo da História. Por exemplo, o desvio da agricultura para a indústria foi uma delas, a chamada transição demográfica foi outra. A proliferação de informação de fácil acesso a custo reduzido através da internet é capaz de ser outra<sup>24</sup>.

**Mudanças  
cíclicas da  
economia**

Hoje em dia, a economia do bem-estar advoga a mudança radical do paradigma dominante, conceptualizando atividade económica a partir do ideal de progresso humano, e não o inverso.<sup>25</sup>

Neste cenário global, a base do pensamento sobre a convergência do desenvolvimento tem vindo a mudar substancialmente: começou pela ideia de que o investimento de capital equivale ao crescimento e ao desenvolvimento, avançou sucessivamente para o papel do capital humano, para o papel

**Capacitação  
individual e de  
grupos e domínio  
das nações sobre  
si mesmas**

dos mercados e das políticas, para o papel das instituições e, mais recentemente, para o papel da capacitação individual e de grupos e do domínio das nações sobre si mesmas<sup>26</sup>. O percurso da economia do desenvolvimento tem sido longo, baseado em tentativas e erros, testando soluções diferenciadas. Um caminho que, com a mudança do paradigma económico no último quarto do século XX, viu aumentarem as questões essenciais e adotarem de novas soluções.

### **Status de cidadão**

Atualmente, não existe consenso acerca das políticas de desenvolvimento. O impacto da crise no pensamento sobre o desenvolvimento, não sendo claro, tende para o regresso a um papel mais ativo das políticas públicas e a um objetivo de desenvolvimento mais humanitário<sup>27</sup>, que impliquem uma transformação a nível individual e coletivo e a emergência radical de alternativas em termos de aplicabilidade, rigor, eficiência e precisão. É tempo de uma forma de vida despertada pelo *status* de cidadão à escala do mundo, de uma nova mentalidade de convívio e de novas realizações.

## DEMOCRACIA E PROGRESSO

### **Democracia**

A democracia é um modo ativo de vida despertado pela politização do *status* de cidadão<sup>28</sup>. Está associada à ideia da possibilidade de um melhoramento da ordem social, de um aperfeiçoamento motivado pelos esforços da vontade coletiva. Embora hoje o termo “progresso” suscite desconfiança, a ideia que ele veicula é inseparável do projeto democrático. Na realidade, os habitantes dos países democráticos, mesmo quando insatisfeitos, vivem numa sociedade mais justa de que os outros, são protegidos por leis e gozam de diversos benefícios e direitos. Isto porque a democracia é caracterizada pelo pluralismo, pelo facto de os poderes não serem confiados às mesmas pessoas, nem centrados nas mesmas instituições.<sup>29</sup>

Neste paradigma, é essencial o poder judicial não estar submetido ao poder político (que reúne o poder executivo e o poder legislativo) e o poder mediático não ser posto ao serviço do governo e permanecer plural. Também a economia dependente de bens privados, deve preservar autonomia perante o poder político que, por sua vez, não deve ser instrumentalizado ao serviço dos interesses económicos de alguns indivíduos. A vontade popular deve resultar dos princípios definidos após reflexão consciente e inscritos na Constituição do país, ou simplesmente herdados da relação e sabedoria intergeracional.<sup>30</sup>

**Diferenciação de poderes**

Dentro desta visão verifica-se que o espírito democrático concilia e satisfaz múltiplas exigências e interesses divergentes. Resumidamente, pode dizer-se que o conceito de democracia reúne povo, liberdade e progresso. Mas no seu exercício, a autonomização de qualquer um destes elementos, pode transformar-se em ameaças – refira-se o populismo ou o ultraliberalismo.

**Povo, liberdade e progresso**

Numa sociedade democrática próspera, relacionam-se instituições políticas, legais, económicas e sociais, parecendo cada uma depender de muitas outras. Mas sempre que essas instituições não existem ou não funcionam, surge inevitavelmente a difícil questão de identificar as instituições que primeiro devem ser criadas para se iniciar a mudança de um estado de desordem para um estado de prosperidade.

Isto porque democracia não significa que todos os problemas serão resolvidos, significa sim, que os governantes podem ser substituídos e que é através das eleições que convém perceber os argumentos e as consequências dos programas políticos e os respetivos horizontes de execução física e financeira. Mas o facto de a democracia operar através de eleições, não corresponde necessariamente às eleições serem a essência da democracia. A sua consolidação prende-se com o reconhecimento de que a democracia é uma solução para o problema da tirania, e de que na base da sua estabilidade se têm desilusões e baixas expectativas, tornando necessária a procura e uma luta constante para o seu alargamento e sustentação<sup>31</sup>. A democracia é sempre um projeto e é sempre um processo.

**Democracia, um processo**

### **Ameaças reais**

Existe uma dissemelhança entre os conceitos de democracia das sociedades contemporâneas e de Atenas do século V. Infelizmente, na atualidade, a democracia confunde-se como uma técnica de poder e experimenta ameaças reais: uma doutrina hipertrofiada de proteção das liberdades, o uso que o homem faz da ciência e da tecnologia, e o favorecimento da política da indiferença. A primeira, permite a alguns poderosos o privilégio de se apropriarem não só da riqueza, mas também do poder político e da palavra pública, suscitando apreensão pelo facto de a democracia se ter transformado no principal inimigo dela própria.<sup>32</sup> Tem-se o exemplo da crise contínua que persiste na Europa, com base num estado de emergência que tem permitido legitimar decisões políticas e económicas que despojam os cidadãos e os privam de qualquer possibilidade de decisão e também a inação ou desvalorização de situações críticas.

### **Sobrevivência humana**

A segunda ameaça surge perante a evidência de o homem se ter tornado uma ameaça à sua própria sobrevivência, consoante o uso que faz da ciência e da tecnologia. Muito embora a ciência e a tecnologia sejam ajudas poderosas, elas podem-se virar contra o homem, quando postas ao serviço da busca desenfreada do lucro imediato. O exemplo da catástrofe de Fukushima, mostra não ter sido a confiança na ciência ou na tecnologia as suas principais responsáveis, mas sim o esquecimento do interesse comum<sup>33</sup>.

### **Política da indiferença**

A terceira ameaça resulta do crescimento e do favorecimento da política da indiferença, onde a globalização, o desenvolvimento e a ocidentalização se mostraram incapazes de resolver os problemas da humanidade. Continua a existir mais pobreza do que riqueza<sup>34</sup> e uma ameaça que pode arrastar para a ruína todos os governos e todas as instituições do mundo.

### **Dinâmicas parciais de progresso**

No século XX, a esperança no progresso contínuo desintegrou-se, resultando de incertezas, urgências e medo do futuro. Basicamente cessou o crédito no progresso automático e na

sucessão natural de todas as ordens do progresso (do científico e económico ao moral ou ao político). Existem dinâmicas parciais de progresso, mas sem a unificação geral de um quadro histórico de inteligibilidade e de uma governabilidade articulada<sup>35</sup>. Neste cenário não se pode adotar a democracia como modelo, se não se definir o que é a democracia nos nossos dias. Crescem equívocos sobre a democracia vivendo-a como uma mera técnica de administração, baseada em pesquisas de opinião, na manipulação da opinião pública, nas eleições, etc. afastando a possibilidade de uma democracia como constituição de um corpo político sólido e consciente, com o progresso subjacente.

No sentido de gerar dinâmicas de progresso, o RDH de 2014 – “Sustentar o Progresso Humano: reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar Resiliência”, advogou basicamente duas teses: A – ser essencial o reforço e a proteção sustentável das escolhas e capacidades individuais, bem como o das competências sociais; B – as estratégias políticas e as políticas de desenvolvimento humano devem visar a redução da vulnerabilidade e o reforço da resiliência<sup>36</sup> – no fundo, assegurar que a comunidade, o Estado e as instituições globais se empenhem em capacitar e proteger os indivíduos.

**RDH de 2014**

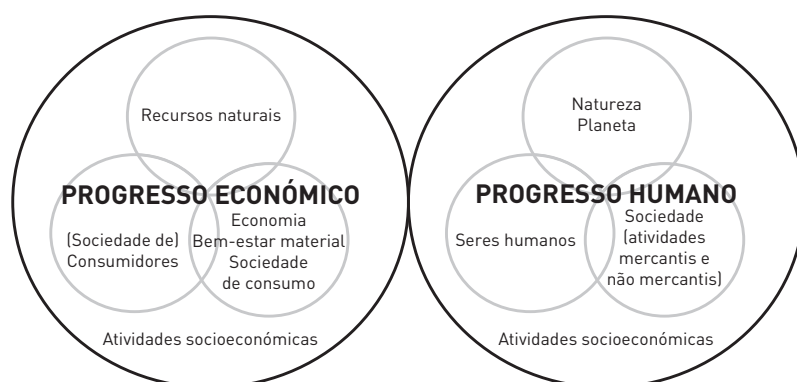


Fig. 4 – Dicotomia discursiva entre progresso económico e progresso humano. *Adaptação de Bina, 2013.*

## **Progresso**

Associa-se continuamente ao futuro e à transformação a ideia de um propósito e a ideia de progresso. Conseguir um progresso real em matéria de desenvolvimento humano integra o aumento do conjunto de opções de escolha determinantes das pessoas, a sua capacidade de acesso à educação e à saúde, a conquista de um nível de vida razoável e de uma sensação de segurança. Inclui também a capacidade de reagir e recuperar da adversidade quer seja de origem natural ou humana. Saliente-se que o grau de solidez dessas conquistas é determinante, acompanhando a existência de condições suficientes para um desenvolvimento que garanta que as escolhas presentes não comprometam a disponibilidade das escolhas das gerações atuais e futuras.<sup>37</sup>

## **Salvaguarda de bens públicos globais**

Hoje, as mudanças climáticas, as epidemias, o terrorismo, as desigualdades comerciais, as migrações, são fenómenos que ultrapassam as fronteiras dos países e criam interdependências globais. A par das novas oportunidades da globalização, cresceu o risco de uma propagação mais rápida de fenómenos adversos. Estas novas ameaças exigem análises, respostas, recursos e lideranças nacionais, transfronteiriças e globais, uma ação coletiva, sob a forma de um compromisso global a favor da causa da universalidade. Neste contexto atribui-se à emergência e à salvaguarda de bens públicos globais, a possibilidade de redução da probabilidade de ocorrência, e da dimensão de choques transnacionais.<sup>38</sup>

O caso da campanha de salvaguarda dos monumentos da Núbia, motivou a criação da Convenção da UNESCO de 1972, sobre o património mundial e a inscrição de bens na lista do Património Mundial da UNESCO, ou seja, do Património da Humanidade. Bens públicos, tradicionalmente considerados nacionais, ultrapassaram a soberania nacional, assim como bens públicos globais se tornaram questões de política nacional.

## **Possíveis formas de cooperação internacional**

A referência aos bens públicos globais relacionados com o bem global, políticas globais e conhecimento global, considera todas as possíveis formas de cooperação internacional, desde as organizações internacionais às parcerias entre

estados ou outras que sejam relevantes para a provisão dos bens.<sup>39</sup>

Trata-se de um quadro complexo onde se articulam, enquanto sujeitos ativos, não só os estados nacionais e as organizações internacionais, mas também entidades locais e a própria sociedade civil, de forma mais ou menos organizada. Pretende-se que entre todos se consiga um fim comum, através de uma coordenação de políticas operacionais e de procedimentos, e também de mecanismos de financiamento. Essa coordenação traduz-se de diferentes formas, tais como quadros legais nacionais, supranacionais, acordos e contratos com privados.<sup>40</sup>

São bens públicos globais, a atmosfera, os oceanos, o conhecimento, os direitos humanos, os direitos comerciais ou a segurança internacional, entre outros. Têm uma relação direta com fatores ambientais, económicos e humanos. No seu estudo, análise e promoção, tem particular importância a equidade. Isto porque a definição e prioridade dada a determinado bem público global é sempre formulada em função das preferências de um conjunto de países, sendo de evitar que os interesses de uns prevaleçam em detrimento dos interesses de outros.

A necessidade permanente de conciliar crescimento e decréscimo revela que, por um lado, importa mundializar – é necessário alimentar a solidariedade e salvar regiões e pessoas do planeta que estão ameaçadas e, por outro, importa desmundializar – proteger a produção local, defender produtos vitais. No fundo, tudo aponta para uma nova economia que seja a simbiose entre o melhor da civilização europeia e as virtudes das culturas locais: não abandonar as reformas sociais e reformar as relações humanas. Pressupondo sempre que os esforços individuais e coletivos separados são insuficientes.<sup>41</sup>

Neste quadro é de rejeitar pensar a liberdade de forma individual, pois muitas formas de liberdade só se alcançam com

**Equidade**

**Necessidade  
de uma nova  
economia**

os outros. Hoje vivemos o impacto da revolução digital sobre a esfera pública e a crescente heterogeneidade cultural dos cidadãos, provocando consequências visíveis na aprendizagem da cultura democrática, dos valores democráticos e na maneira de compreender a democracia.

A operacionalização da noção de bens públicos globais poderá desempenhar um papel decisivo para transformar a gestão do paradigma global, inspirada numa visão utópica de uma nova sociedade democrática, em que a abrangência dos benefícios se estenda a todos os países, indivíduos e gerações.

Não podemos ignorar a natureza frágil da democracia, bem como a impossibilidade de a importar ou exportar. É um modelo de vida que se constrói coletivamente e um determinado patamar do progresso.

## CONHECIMENTO E COOPERAÇÃO

Já há quase quatro décadas, Alvin Toffler escreveu que os analfabetos do século XXI não seriam aqueles que não fossem capazes de ler e escrever, mas aqueles que não conseguissem aprender, desaprender e reaprender. Foi visionário ao retratar a tecnologia a exceder as margens do controlo da sociedade e a prever mudanças sociais e tecnológicas tão drásticas que deixariam as pessoas confusas na hora de tomar decisões e, conseqüentemente, na hora de construir o presente e o futuro. Um futuro desenhado a partir de decisões diárias, inconstantes e mutáveis, em que cada acontecimento influencia todos os outros.

### **Questionamento**

A procura de equilíbrio e de desenvolvimento de competências diversas, nomeadamente do pensamento crítico, criativo e de atenção para com os outros, acontece, sobretudo, através do questionamento. Se um modelo de vida leva ao esgota-



mento e à desorientação, é fundamental questionar se vale a pena continuar pelo mesmo caminho, se se quer, se se deve e se se pode mudar de direção<sup>42</sup>.

A natureza insatisfeita do homem leva-o a fazer novas perguntas, interrogações que produzem um novo saber. Ele necessita de observar com outros olhares através da história individual e coletiva, evitando a arrogância dos que supõem possuir o conhecimento e a certeza.<sup>43</sup> Conhecer implica uma relação intencional que informa toda a experiência e lhe dá um carácter de abertura e de revelação. O conhecimento pressupõe uma procura de verdade, de sentido, um ideal de consenso ou uma referência a uma comunidade de investigação que, de algum modo, regula a aceitação ou rejeição das crenças, hipóteses e teorias. Mas pouco adianta conhecer se não há a decisão de se aplicar esse conhecimento no agir. E, conhecendo-se mais, pode-se agir melhor, o que mostra que, de certa forma, o homem está destinado ao conhecimento.

Nada, no homem, incentiva tanto a atividade da sua existência como o conhecimento. O homem é dotado de uma vocação de saber, de uma necessidade inicial de conhecimento<sup>44</sup>. O conhecimento é o projeto que acompanha toda a História: conhecer o mundo e conhecer o próprio homem.

A evolução geral da tecnologia e das ciências contemporâneas espelham o desenvolvimento de uma cultura e confirmam uma vocação e uma consciência de esperança na criatividade, associadas, amiúde, a uma vontade de poder (o que não faz a ciência responsável pela perversão dos valores humanos).

O percurso evolutivo da ciência no século XX suscitou a revolução das novas tecnologias, que foi acompanhada por uma crescente mundialização. Daí resultou uma economia que colocou o saber e os recursos cognitivos no centro da atividade humana e da dinâmica social. O que acontecerá no século XXI? Será que surgirá o desenvolvimento de sociedades que partilhem o conhecimento?<sup>45</sup>

## Conhecer e agir

## A economia do conhecimento

## Partilha do conhecimento

Nas últimas décadas ampliou-se o acesso ao conhecimento, através da difusão da educação, da democracia e das mudanças tecnológicas. Mesmo assim, presentemente, é maior do que nunca a fratura cognitiva que separa os países ricos – com grande potencial de investigação e inovação, sistemas educativos eficazes e centros de conhecimento e de cultura acessíveis a uma grande maioria –, das outras nações onde os sistemas educativos são deficientes, as instituições de investigação carecem de recursos e o potencial de conhecimentos se encontra gravemente afetado pela fuga de cérebros. Também entre as sociedades do conhecimento mais adiantadas e a dos países ricos que não investem suficientemente na investigação e no saber, está a emergir uma segunda fratura.

Neste quadro é curioso descobrir como o conhecimento influencia a vida de cada um e de cada país e, em simultâneo, como o acesso ao conhecimento pode ser um lugar de conflitos. Isto porque, quer a censura por parte dos regimes autoritários, quer a privatização através dos direitos de autor, quer a especialização intelectual, são apontadas como possíveis ameaças à construção e difusão do conhecimento nos seus variados contextos.<sup>46</sup>

Verifica-se que, com o passar do tempo, o ideal do homem sábio, cujo conhecimento não está restrito a uma única área, foi substituído pelo do intelectual especializado e que, à imagem de árvore de conhecimento sucedeu a imagem abstrata de sistema<sup>47</sup>. Existem especialidades, mas não há coerência, perdendo-se completamente a visão holística. Tal circunstância reflete-se nos consensos internacionais e nas suas linhas programáticas.

Tudo isto exige, como horizonte, um novo tipo de desenvolvimento “inteligente”, humano e sustentável, cuja chave resida no papel inovador ou reproduzidor do conhecimento e na construção de sociedades que partilhem o conhecimento<sup>48</sup>.

As «Conferências do Século XXI», organizadas pela UNESCO, permitiram um fórum intelectual destinado a promover o en-

contro e a utilização de soluções em que se manifeste mais a solidariedade humana e a prevenir os equívocos que as guerras geram. Discutiram matérias como a evolução da demografia, o que reccar das biotécnicas, as novas doenças, o futuro da água, da alimentação e da energia, a evolução das línguas e da literatura, as expectativas relativamente à educação, à democracia ou como selar um novo contrato social na era da mundialização.<sup>49</sup>

A UNESCO também incitou as autoridades governamentais a investir numa educação de qualidade para todos, a multiplicar os locais de acesso comunitário às tecnologias da informação e da comunicação, e a encorajar a partilha do saber científico entre os países, a fim de reduzir as diferenças numéricas e cognitivas que separam as regiões e também abrir o caminho para uma forma “inteligente” de desenvolvimento humano sustentável.<sup>50</sup>

Apresentou um panorama prospetivo das mudanças que se observam. Serão as novas tecnologias uma solução face às desigualdades e à exclusão? Como vamos organizar no espaço público democrático o debate sobre questões éticas sem precedentes suscitadas por novos conhecimentos e as novas técnicas como a genética, as biotecnologias? Como se adotarão as decisões nestes âmbitos? Encontramo-nos na presença de um desenvolvimento das «sociedades da aprendizagem»? Como construir verdadeiras sociedades do conhecimento baseadas na educação para todos ao longo da vida? Que fisionomia terá, nesta perspetiva, o ensino superior do futuro?<sup>51</sup>

Concluiu que o caminho que conduz às sociedades do conhecimento partilhado não exige apenas competição, competência ou incentivo mas, também, algo fundamental, a cooperação. O conhecimento assume assim, um papel influente e preva-lente, ao nível individual, na igualdade de oportunidades, mas também na competitividade das organizações e dos Estados, associado sempre à cooperação.<sup>52</sup>

## Conhecimento

## Cooperação

A mudança de paradigma na cooperação para o desenvolvimento dá-se devido à existência de novos fenómenos que questionam a visão predominante do mundo. Tal facto decorre das mudanças ideológicas que se verificam a nível global, das incoerências que se vão identificando nos próprios modelos e que impedem a sua coexistência e o consenso. Tendo em conta a nova realidade, as políticas de cooperação para o desenvolvimento necessitam de ser repensadas, de encontrar novas interpretações e formatos que reflitam e produzam respostas praticáveis, linhas de ação, planos de operação e calendarização no terreno.

### **Regiões, países e comunidades**

A cooperação para o desenvolvimento apoia regiões, países e comunidades com dificuldades, que estão inseridos num contexto marcado por um desequilíbrio na repartição dos recursos e das oportunidades a nível mundial. Trata-se de um esforço conjunto de países ditos desenvolvidos e países em desenvolvimento, com a finalidade de combater as dificuldades económicas e sociais de forma sustentável e duradoura.<sup>53</sup>

As áreas de atuação são diversas: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento comunitário, capacitação, microcrédito, desenvolvimento rural, segurança alimentar, saúde, educação para o desenvolvimento, educação formal, formação técnica, saneamento básico e melhoria ou reabilitação de habitat, cooperação descentralizada, igualdade de género, direitos humanos, ambiente e desenvolvimento, participação e cidadania, influência política em torno das políticas de cooperação para o desenvolvimento e da educação para o desenvolvimento, responsabilidade social das empresas, estudos e investigação, entre outras.<sup>54</sup>

Se por um lado a rapidez e a intensidade da evolução económica, social e política do Mundo tem um grande potencial para contribuir para uma melhoria das condições de vida das populações mais desfavorecidas, por outro, os desafios para um desenvolvimento sustentável e para a igualdade de oportunidades são também cada vez maiores.

Perante esta conjuntura evolutiva, a multiplicidade de atores que se movem na área do desenvolvimento têm consciência da diferença e da complementaridade dos seus papéis e do facto de as suas estratégias e opiniões nem sempre serem coincidentes. Procuram adaptar-se às novas realidades, mantendo um empenho e coordenação para atingir objetivos que, na sua essência, se desenham comuns. Reconhecem a necessidade de uma comunicação eficaz e de aprender a trabalhar em conjunto.

O futuro, não sendo apenas uma questão de estatísticas, de previsões e de cálculo dos riscos, é sobretudo, uma questão de ética<sup>55</sup> e de responsabilidade. Todos somos responsáveis por gestos e decisões que podem ter consequências nefastas e irreversíveis para a geração atual e para as próximas gerações<sup>56</sup>, ou, pelo contrário, resultados e efeitos positivos.

O caráter da desordem mundial e a situação internacional, retratam a atrofia da capacidade atual de prevenir ou de resolver conflitos. Isto porque é crucial compreender melhor o outro, a realidade, a mudança e entender os principais objetivos de cada parte. A tecnologia evoluiu mais rapidamente do que a modernidade e do que as próprias regras sociais. Na lógica da evolução social e no desenho do futuro como projeto, a experiência permanente, a lucidez para escolher, para recusar o que não se quer e não faz falta, e a coragem para não aceitar o absurdo, reforçam a importância da relação da consciência, intencionalidade, dinâmica e inovação.

**Consciência e  
intencionalidade**

A inovação intelectual parte, sobretudo, das pessoas que têm o dom de ver para além da sua própria formação, e que trabalham com as outras disciplinas de uma maneira mais engenhosa e criativa. Aqui, o interesse principal reside em aplicar ideias e técnicas de outras disciplinas na resolução de uma nova situação.<sup>57</sup>

A sociedade dita moderna e inclusiva permite às pessoas fazerem coisas em conjunto – adaptar os ambientes físico,

económico, social e cultural na compreensão da ética do género humano e no sentido de uma identidade planetária solidária, e possibilita também uma distribuição espacial do conhecimento, desde os lugares em que o conhecimento foi descoberto, guardado ou elaborado para os que é difundido<sup>58</sup>.

### **Nova agenda do desenvolvimento sustentável**

Em 2015, na ONU, foi alcançado um consenso sobre a nova agenda de desenvolvimento sustentável para ser adotado pelos líderes mundiais, no sentido de erradicar a pobreza e a fome em todas as suas dimensões, até 2030, bem como promover universalmente a prosperidade económica, o desenvolvimento social e a proteção ambiental. Estabeleceram-se acordos a nível da cooperação internacional para financiamento de áreas específicas com investimentos significativos no âmbito de infraestrutura para energia, transportes, água e saneamento e outras áreas necessitadas. De acordo com a ONU e perante a crescente desigualdade na sociedade (onde aumenta o fosso entre a pobreza e a riqueza) os objetivos da nova agenda, não só pretendem compensar aquilo que não foi alcançado com metas anteriores, mas também mostrar um caminho para um mundo novo, mais sustentável e equitativo.

### **Desalinho de critérios e confiabilidade**

Neste contexto, frequentemente, apesar das boas intenções, grande parte do conhecimento transforma-se em mercadoria e a cooperação em serviços. Na prática, verifica-se uma convicção insuficiente e uma certa ambiguidade na concretização e operacionalização da partilha de conhecimento e na cooperação. Um desalinho nos critérios e na confiança no outro, no consenso e no compromisso. Partilhar *Com quem? O quê? Para quê? Como? Quanto? E A troco de quê?* É difícil conseguir unanimidade para se alcançar um consenso e um compromisso compatível com as necessidades geográficas reais e para se instrumentalizar e institucionalizar, conseqüentemente, os caminhos delineados.

É um exercício complexo, com muitas variáveis, que exige um entendimento das diferentes culturas, dos seus valores,

das diferenças, de complementaridades, que exige reciprocidade tanto em direitos como em deveres, uma partilha de responsabilidades e uma economia política capaz de administrar a escassez (ao invés de privilegiar sistematicamente a acumulação), coragem para investir na experiência e ultrapassar a fronteira do desconhecido e da novidade, questionar e solucionar o erro. Importa construir relacionamentos, explorar os problemas, aprendendo uns com os outros, atraindo as partes para uma solução. Será uma utopia?

Uma reorganização da relação entre o poder político e a cidadania alicerça-se na confiança, na tolerância, na primazia da razão, na liderança, num espírito de compromisso, no dinamismo e num multilateralismo efetivo. As melhores soluções emergem de processos de aprendizagem entre partes, em que partilham informação sobre o problema, sobre os seus interesses e sobre possíveis soluções, surgem de negociações, de diálogos onde não existem vencedores.

Crendo nos surpreendentes desígnios da inteligência humana, permanece sempre a expectativa face à resolução de problemas coletivos, aqueles que afetam um grande e variado número de pessoas: quando acabará a incapacidade dos indivíduos e dos países, indispensáveis a um novo consenso mundial, ultrapassarem as desconfianças e se juntarem de uma forma positiva e consequente, perante os grandes desafios do tempo presente, sejam eles os conflitos, as migrações, as alterações climáticas, as pandemias ou a pobreza<sup>59</sup>?

O homem articula e organiza conteúdos que adquirem sentido, cria conhecimento e projeta obras. Necessita de um nível de escolarização e de conhecimento que lhe permita escolher instituições potenciadoras do seu crescimento e da sociedade em que vive, a nível humano e económico<sup>60</sup>.

Não se pode perder a capacidade de integração positiva de todos na sociedade. As instituições, as regras e os códigos, a par do historicamente estabelecido, são a base da estruturação

**Aprendizagem  
entre partes**

**Conhecimento  
e projeto**

**Organização,  
regularização  
e monitorização**

moderna do mundo. A organização, regulamentação e monitorização de projectos de cooperação devem ser adaptados a cada caso e implicam uma responsabilidade do pensar, sistematizar e fazer, no conhecimento da geografia e da cultura local.

### **Capital humano**

A expansão dos mercados mundiais gerou uma situação preocupante, resultando, grande parte, de fluxos culturais acentuadamente desequilibrados, predominando a orientação dos países ricos para os países pobres. No sentido do equilíbrio destes processos, o progresso de um país ou região através do investimento nas pessoas concretiza-se através do capital humano, representado pelo desenvolvimento de competências através da capacitação adquirida pela educação, pela formação e pela experiência. Só assim se pode contrariar a padronização cultural, quer através de usos e costumes, quer através de hábitos alimentares, quer através da moeda, quer através de valores e da própria maneira de pensar.

## SINOPSE DE EXPRESSÕES CHAVE

**DO ÁLBUM DE D. AMÉLIA À BARRAGEM DE ASSUÃO:** Interesse pelo Egipto; álbum fotográfico da viagem da rainha D. Amélia ao Egipto – 1903; inauguração do canal do Suez – 1869; construção da barragem de Assuão (1954-1971); campanha de salvamentos dos monumentos da Núbia (1960-1980); avaliação do impacto da construção da barragem de Assuão.

**IDEIA DE DESENVOLVIMENTO:** projetar; planear e realizar; nós e os outros; desenvolvimento, um debate contínuo; indicadores; desenvolvimento económico; desenvolvimento humano; sustentabilidade; PNUD e DRH; IDH; domínios da dinâmica de desenvolvimento.

**VINCULAÇÃO DA ECONOMIA À CULTURA:** mercado e instituições; teoria económica das instituições; configuração ins-



titucional; contextos diferentes, práticas diferentes; microeconomia; macroeconomia; situações críticas; mudanças cíclicas da economia; capacitação individual e de grupos e domínio das nações sobre si mesmas; *status* de cidadão.

DEMOCRACIA E PROGRESSO: democracia; diferenciação de poderes; povo; liberdade e progresso; democracia, um processo; ameaças reais; sobrevivência humana; política da indiferença; dinâmicas parciais de progresso; RDH de 2014; progresso; salvaguarda de bens públicos globais; possíveis formas de cooperação internacional; equidade; necessidade de uma nova economia.

CONHECIMENTO E COOPERAÇÃO: questionamento; conhecer e agir; a economia do conhecimento; partilha do conhecimento; conhecimento; cooperação; regiões, países e comunidades; consciência e intencionalidade; nova agenda do desenvolvimento sustentável; desalinhamento de critérios e confiabilidade; aprendizagem entre partes; conhecimento e projeto; organização, regularização e monitorização; capital humano.

## TÍTULO

### O Projeto

desenvolvimento | comunicação | cultura

## AUTORA

Lúcia Saldanha

## DESIGN E PAGINAÇÃO

Vitor Duarte

## CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Capa: MNAC, “Paris”, Gérard Castelo Lopes, ©DGPC/ADF

Págs. 8-9: MNAC, sem título, Jorge Silva Araújo, ©DGPC/ADF

Pág. 17: ADF/DDCI/DGPC, “Lisboa, Alfama. Rapaz bebendo numa bica”,  
João Martins, ©DGPC/ADF

Pág. 51: MNAC, “Entrepasto”, Adelino Lyon de Castro, © DGPC/ADF

Pág. 77: Expo’98, Abílio Leitão, © Parque Expo 98, SA

Pág. 105: MNAC, sem título, Jorge Silva Araújo, ©DGPC/ADF

Pág. 131: MNAC, “Todos os Sinais”, Ilda David, Luísa Oliveira, © DGPC/ADF

Págs. 166-167: MNAC, sem título, Jorge Silva Araújo, ©DGPC/ADF

## ISBN

978-989-658-338-5

## DEPÓSITO LEGAL

401738/15

## DATA DE EDIÇÃO

Dezembro 2015

## EDIÇÃO



CALEIDOSCÓPIO – EDIÇÃO E ARTES GRÁFICAS, SA

Rua de Estrasburgo, 26 - r/c dto.

2605-756 Casal de Cambra. PORTUGAL

Telef.: (+351) 21 981 79 60

Fax: (+351) 21 981 79 55

E-mail: caleidoscopio@caleidoscopio.pt

www.caleidoscopio.pt